



Opinião Econômica

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de
investimentos e fundador do
Monitor do Mercado



Oi tirou o gesso de uma perna necrosada

Justiça do Rio confirmou em agosto a falência decretada em novembro de 2025

Engessar uma perna faz sentido quando existe uma fratura que pode se recuperar com a imobilização. Quando o diagnóstico exige amputação, colocar uma camada de gesso tira o problema de vista, enquanto a situação piora.

Do mesmo jeito, o instituto da recuperação judicial, introduzido no Brasil em 2005, serve para ajudar a reorganizar as contas e a operação de uma empresa, não para adiar sua falência enquanto consome os ativos que poderiam pagar seus credores. No fim das contas, literalmente, trata-se de transparência sobre o diagnóstico e o tratamento escolhido.

Quem acompanha o noticiário econômico viu, nos últimos dias, a ex-gigante da telefo-

nia Oi retirar a bota de gesso de uma perna já necrosada. Em 25 de agosto, a Justiça do Rio confirmou a falência decretada em novembro de 2025.

A companhia passou, impressionantemente, por duas recuperações judiciais. A primeira começou em 2016 e teve seu encerramento determinado em dezembro de 2022. O novo pedido veio em março de 2023. Na primeira, apontou dívidas de aproximadamente R\$ 65 bilhões. Na segunda, cerca de R\$ 44 bilhões.

Ao longo dos dois processos, vendeu a operação móvel, o controle da infraestrutura de fibra e a unidade de TV por assinatura. O dinheiro permitiu pagar alguns credores. Mas pagar parte da dívida não significa recuperar

o negócio.

Vender um ativo produz caixa uma vez e pode reduzir despesas. Ao mesmo tempo, pode acabar com fontes de receita. O resultado depende da capacidade de a operação restante sustentar as obrigações que sobreviveram à venda. No caso da Oi, a reorganização não entregou autonomia.

Em julho, a gestão judicial informou que a disponibilidade de caixa projetada para o fim daquele mês havia caído de R\$ 88,1 milhões para R\$ 19,6 milhões. Avisou que o valor poderia tornar a operação insustentável a partir de agosto.

O teste econômico para justificar a continuidade de uma recuperação deveria comparar o valor preservado pela opera-

ção com aquele que poderia ser recuperado por uma venda ou liquidação de ativos. Não basta mostrar que a empresa consegue chegar ao mês seguinte. Ela precisa oferecer uma perspectiva melhor do que a simples venda de ativos para pagar dívidas.

O cenário brasileiro de crédito caro faz esse exame ser ainda mais necessário. Vivemos o recorde de empresas em recuperação judicial. Juros elevados podem tornar insustentável uma estrutura de dívida antes administrável. Isso torna mais urgente a distinção entre uma empresa sufocada por financiamentos e outra cujo negócio deixou de se sustentar e apenas quer escolher os credores que vão receber uma fatia do butim. A primeira pode

precisar de tempo. A segunda tem no relógio um inimigo.

Para o investidor em Bolsa, a palavra “recuperação” pode induzir a uma falsa segurança. Mas ela descreve uma tentativa, não uma certificação de que a companhia voltará a ser viável. Comprar a ação exige avaliar o negócio que restará e a parcela dele que ainda pertencerá ao investidor, não apenas apostar no encerramento de um processo.

A Oi mostrou a distância entre essas duas coisas. O gesso não é um atestado de cura. E, para quem compra ações esperando a empresa voltar a andar, a pergunta decisiva não é quanto tempo ela permanecerá de pé, mas o que restará quando retirarem a proteção.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Uruguai prevê rota aérea triangular com Porto Alegre para fomentar turismo

/TURISMO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

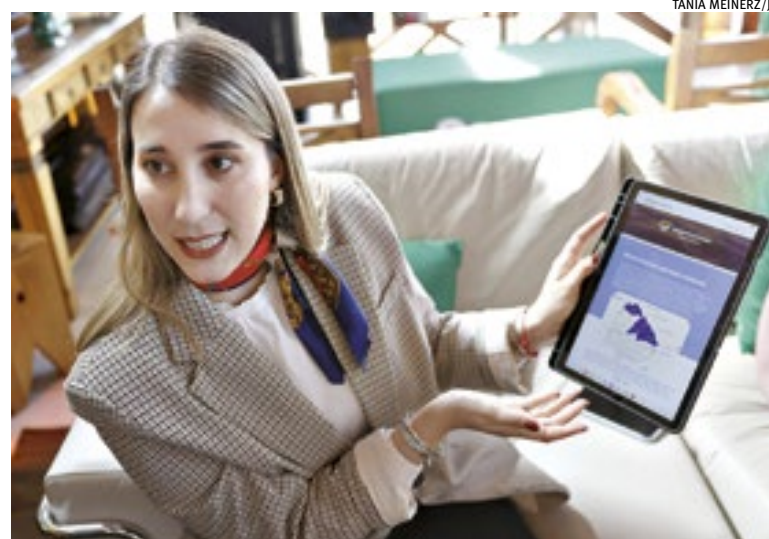
Cruzar a fronteira para o Uruguai é, para milhares de turistas brasileiros, principalmente os gaúchos, sinônimo de compras e bons preços nos free shops de Rivera, Aceguá, Rio Branco, Artigas ou Bella Unión. Mas a viagem pode ir muito além, segundo a coordenadora do Ministério do Turismo do Uruguai, Belén Ortega. Uma comitiva uruguaia realizou esforços para mostrar os atrativos do Norte do país vizinho durante a 49ª edição da Expoiner, em Esteio.

Representantes do Ministério do Turismo do Uruguai e do Escritório de Promoção Uruguai XXI estiveram na feira do agronegócio divulgando as belezas do país de 3,8 milhões de habitantes. Na Casa do Jornal do Comércio, Belén apresentou os atrativos das cidades de Artigas, Cerro Largo, Rivera e Tacuarembó.

Ela destaca a facilidade de acesso ao Uruguai por terra a partir do Rio Grande do Sul e a futura retomada de voos para conectar Porto Alegre a Montevideo. A Azul anunciou que retomará, a partir de dezembro, a operação regular entre a capital gaúcha e a capital uruguaia. “O nosso objetivo é incentivar os visitantes do Rio Grande do Sul e do restante do Brasil a explorarem o Norte do país além das tradicionais compras em free shops”, ressalta.

Belén Ortega destaca que o governo uruguaio trabalha no projeto de uma rota aérea triangular ligando Porto Alegre, Rivera e Montevideo, o que, na sua avaliação, facilitaria imensamente o fluxo de turistas brasileiros diretamente para o norte do país.

A representante do governo uruguaio destaca o turismo de natureza, minas de pedras preciosas e eventos culturais. De acordo com Belén, os brasileiros ficarão encantados com a região, que é repleta de paisagens diferentes concentradas em curtas distân-



Belén Ortega destaca retomada dos voos a partir de dezembro

cias, vinhedos, minas de ametistas e ouro, áreas naturais protegidas, estâncias rurais e uma gastronomia que expressa a identidade do campo uruguaio.

“São roteiros curtos, acessíveis por rodovias e projetados para aproveitar a dois, em família ou com amigos durante um fim de semana ou em viagens curtas de 3 a 5 dias”, comenta.

O Uruguai oferece vantagens ao turista que tornam mais conveniente ficar mais tempo. Belén aponta a segurança, a boa conectividade rodoviária e os benefícios econômicos para os turistas estrangeiros, como a isenção de IVA em hotéis, a devolução de impostos em serviços turísticos e o regime tax free em estabelecimentos conveniados.

Produção de veículos cresce 9,4% em agosto

/MERCADO AUTOMOTIVO

A produção de veículos cresceu 9,4% em agosto na comparação com o mesmo período de 2025, para 271,2 mil unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. No mês de julho, a produção das montadoras aumentou 6,8%, segundo balanço divulgado nesta terça-feira (8), pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No acumulado de janeiro a agosto, foram produzidos 1,98 milhão de veículos, alta de 8,5% em relação aos oito primeiros meses do ano passado, quando o volume somou 1,7 milhão de unidades.

As vendas de veículos no País totalizaram 275,1 mil unidades em agosto, queda de 1,6% na comparação com agosto de 2025. Na comparação com julho, os emplacamentos recuaram 1,6%.